



CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Concorrência Eletrônica nº 2306.01/2025-CP Processo nº 2306.01/2025-CP

Razão Social: Razão Social: PUBLICA SOLUÇÕES E ASSESSORIA LTDA CNPJ N° 43.944.424/0001-17 e Inscrição Municipal: 4501239 Endereço: na Rua São Luiz, N° 1124, Rampa I, Reriutaba-Ceara Fone: (88) 9.97136409, E-mail: publicasolucoes@hotmail.com, CEP: 62.260-000, DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria junto aos processos administrativos na Receita Federal e consultoria na área de recursos humanos, junto à Secretaria de Finanças do Município de Mucambo/CE.

Recorrida: PÚBLICA SOLUÇÕES E ASSESSORIA LTDA - CNPJ nº

43.944.424/0001-17

Recorrente: E. F. DE CARVALHO – CNPJ nº 46.770.352/0001-27

I – SÍNTESE DO RECURSO

A empresa recorrente alega que a PÚBLICA SOLUÇÕES E ASSESSORIA LTDA deveria ser inabilitada em razão de supostas falhas documentais, destacando, em especial, que a CNH apresentada pelo representante da recorrida encontrava-se vencida.

II – DA REGULARIDADE DA DOCUMENTAÇÃO

Ao contrário do que sustenta a recorrente, a PÚBLICA SOLUÇÕES E ASSESSORIA LTDA apresentou todos os documentos exigidos pelo edital e em conformidade com o termo de referência.

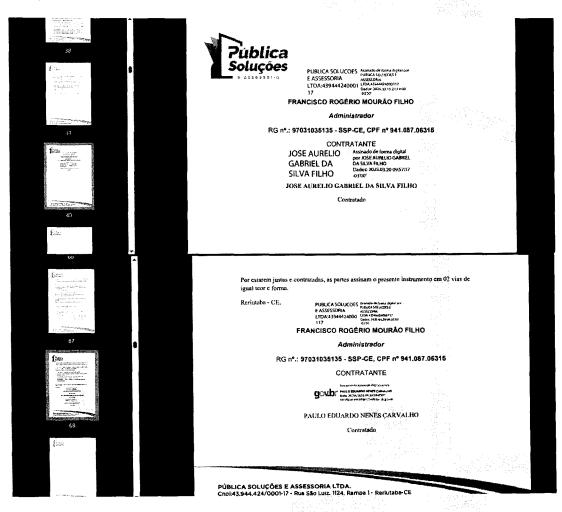
A CNH juntada teve a única finalidade de comprovar a identidade civil do representante legal da empresa, o que foi plenamente atendido, pois constam o nome completo, CPF, RG e demais elementos de identificação. O fato de o documento estar com prazo de validade vencido não retira sua validade como meio de identificação, pois a CNH vencida apenas impede a condução de veículos, não afetando sua função como documento de identificação pessoal.





 Contratos e declarações – diferentemente do alegado, todos os contratos e declarações exigidos no edital foram devidamente assinados pelas partes competentes, constando nos autos do certame a comprovação inequívoca de sua autenticidade. A afirmação da recorrente carece de veracidade, configurando mera tentativa de induzir a Comissão em erro.

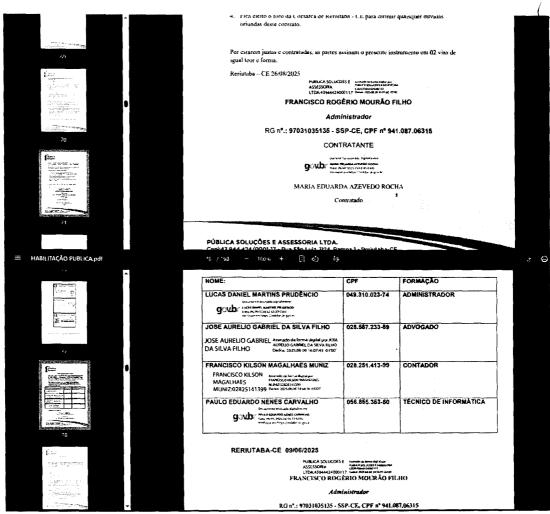
Portanto, a PÚBLICA SOLUÇÕES E ASSESSORIA LTDA atendeu plenamente ao edital e apresentou documentação regular, idônea e suficiente para comprovar sua habilitação. ENDAGAMOS AINDA QUE, O MESMO PODE TER ABERTO O ARQUIVO EM ALGUM PROGRAVA OU APICATIVO PIRATA.



Fone: (88) 9713-6409 | Email: publicasolucoes@hotmail.com







Nesse sentido, a própria **Resolução nº 886/2021 do CONTRAN** (art. 159, § 10° do CTB) estabelece que a CNH vencida **continua válida como documento de identidade em todo o território nacional**.

III - DO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO FORMALISMO EXCESSIVO

Nos termos do art. 12, §1º da Lei nº 14.133/2021, é expressamente vedada a inabilitação de licitante por descumprimento de formalidades irrelevantes ou que não comprometam a essência da habilitação:

Fone: (88) 9713-6409 | Email: publicasolucoes@hotmail.com





"É vedado à Administração rejeitar documentos de habilitação e propostas sob fundamento de que não atendem a exigências meramente formais, desde que seja possível aferir a sua substância e a sua veracidade."

Assim, a alegação da recorrente configura **mero formalismo excessivo**, rejeitado reiteradamente pelo **Tribunal de Contas da União**, conforme Acórdão TCU nº 2.171/2022-Plenário:

"Não cabe a inabilitação de licitante por exigências de caráter estritamente formal, quando o documento apresentado atinge a finalidade da norma editalicia."

IV – DA AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AO CERTAME

A CNH vencida não compromete a idoneidade da proposta, a capacidade técnica, a habilitação jurídica, a regularidade fiscal ou a qualificação econômico-financeira da empresa recorrida. Trata-se de questão absolutamente secundária e irrelevante para os fins licitatórios.

Inabilitar a empresa vencedora por tal motivo seria **privilegiar o formalismo em detrimento do interesse público**, violando os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da busca da proposta mais vantajosa para a Administração (art. 5° da Lei n° 14.133/2021).

V - DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

- 1. O não provimento do recurso interposto pela empresa E. F. DE CARVALHO;
- A manutenção da habilitação e classificação da PÚBLICA SOLUÇÕES E ASSESSORIA LTDA como vencedora do certame, reconhecendo a regularidade de toda a documentação apresentada;
- 3. O prosseguimento do certame em respeito aos princípios da legalidade, razoabilidade e supremacia do interesse público.

Nestes termos,

Pede deferimento.





RERIUTABA-CE 11/09/2025

PUBLICA SOLUCOES E ASSESSORIA | Assinado de forma digital por PUBLICA SOLUCOES E ASSESSORIA | SOLUCOES E ASSESSORIA | LTDA:43944424000117 | Dados: 2025.09.11 17:07:06-03'00'

FRANCISCO ROGÉRIO MOURÃO FILHO

Administrador

RG n°.: 97031035135 - SSP-CE, CPF n° 941.087.06315